

Palestra do Prof. Dr. Jorge Barbosa (PPGEO/UFF)
I Seminário de Pesquisa Juventudes e Cidade
Instituto de Ciências Humanas
Universidade Federal de Juiz de Fora
6 de Outubro de 2011

Agradecemos ao honroso convite dos organizadores deste Seminário e, ao mesmo tempo, queremos parabenizá-los pela temática em causa: Juventudes e Cidade. Título que já exprime a questão central do debate proposto: colocar a juventude na cena da Pólis.

Abordar a temática da juventude já é desafio suficiente para uma vida. Agora, adicionar a cidade ao debate, nos parece que adentramos em uma dimensão ainda mais complexa. É muito importante que nós geógrafos coloquemos em pauta a questão da juventude. O que até então não tem sido o nosso esforço mais comum, ou melhor, como a Professora Clarice Cassab anunciou em sua apresentação: *trazer os sujeitos reais para o espaço geográfico*. Não faz o menor sentido discutir o espaço sem os sujeitos sociais que o fazem e refazem. E quando trabalhamos com uma categoria como *as juventudes*, me parece que se abre possibilidade de nós, os geógrafos, contribuímos para o enriquecimento do tema e, a partir dele, para a transformação da sociedade brasileira.

A juventude não tem sido um dos temas mais envolventes da Geografia. É muito recente o destaque da juventude no debate da Geografia. Então, é extremamente oportuno um seminário como este, porque está colocando à Geografia em um cenário onde sociólogos, antropólogos, e até economistas, colocam em evidência e pautam o debate sobre a juventude.

A primeira questão a ser destacada é que a juventude não deve ser tratada por esquemas modulares, ou tipologias com tendências à homogeneização. A juventude não é uma entidade cronológica, nem é uma entidade de espírito. Portanto eu não sou jovem. Muitos dos que aqui estão também não são jovens. A juventude não é uma representação estetizada, capaz de ser referenciada em imagens de consumo. E, muito menos ordenada em um quadro para futuro, como uma espécie de transição para alcançar a maturidade. Nós precisamos superar essas representações hegemônicas para falar com alguma riqueza a respeito da juventude. Isto porque essas representações dominantes, acadêmicas ou não, interferem diretamente no modo que tratamos os jovens. É seguro afirmarmos, inclusive, que elas se fazem presentes na formulação (e na execução) de políticas públicas, fazendo da juventude objetos de intervenção do Estado, mas também assaltam e dirigem o cotidiano das nossas relações de sociabilidade com os jovens.

Eu penso que a juventude é um momento de encontros, de experiências e de conflitos muito particulares. Estes vão marcar a construção individual e coletiva das pessoas. Então essa concepção de juventude significa reconhecer a juventude em sua pluralidade, buscando superar os esquemas estereotipados e modulares com tendência homogeneizadoras. Embora, do ponto de vista metodológico, construir tipologias podem nos ajudar compreender a juventude, estas não podem sacrificar a pluralidade da juventude, mas sim se tornar um atributo de seu reconhecimento.

O acerto do título do seminário é muito importante, porque assinala juventudes no plural. Permitindo-nos identificar um campo de práticas sociais, conhecer um campo de condições de vida e afirmar um campo de pertencimentos: as juventudes. Se nós vemos a juventude como pluralidade, temos que dar consequência a isto. E como a juventude pode ser vista como uma pluralidade?

Acredito que para essa pluralidade não ser inócua e abstrata, ela precisa ser tratada a partir de uma tríade: desigualdade, diversidade e a diferença. Portanto a juventude é diversa, é desigual e é diferente.

A juventude é diversa na sua dimensão sócio-humana, dada e dinâmica das relações que realizam os *modos de ser* da juventude em seus recortes étnicos, raciais e culturais, demonstrando a complexidade não só das juventudes, mas também das sociedades. É isto que é importante tratar quando abordamos a questão da diversidade. Justamente aquela que nos oferece a dimensão existencial da juventude. Mas não é só da juventude, é também da sociedade em que vivemos.

Outro elemento dessa tríade é a desigualdade, por excelência uma dimensão socioeconômica, *um modo de estar no mundo*. Nesse sentido, a desigualdade em termos de escolaridade, de uso de bens culturais, de acesso a serviços de saúde, de oportunidades de renda, de qualidade de moradia, demonstram concretamente que a juventude é profundamente desigual. Os últimos dados da PNAD demonstram que 44% dos jovens até de 17 anos são de famílias pobres que vivem com meio salário mínimo. Enfatizamos que há um recorte socioeconômico evidente entre os jovens. Os jovens podem pertencer a uma mesma faixa etária, mas seus futuros não serão comuns.

Diversa e desigual, a juventude é também fruto/semente da diferença. Estamos diante da dimensão sociocultural. Estamos diante de *modos de viver*, dos hábitos, dos costumes, das construções culturais, das preferências sexuais, das suas estratégias identitárias e das relações de pertencimento, que fazem do jovem uma experiência indivisível de ser na Pólis. Então há uma juventude negra, há uma juventude urbana, há uma juventude indígena, há uma juventude cigana, há uma juventude rural e até há uma juventude universitária que, inclusive, aqui está presente neste Seminário.

Acreditamos que esta tríade nos ajuda a pensar o que nós estamos chamando de pluralidade, pois nos oferece a oportunidade de dar significado à pluralidade. Podemos dizer, a partir dessa tríade, que a juventude é uma construção sociohistórica. É um percurso de viver em sociedade. Portanto, a juventude de hoje não pode comparada de modo mecânico, ou instrumental, com a juventude dos anos 1950, dos anos de 1940, dos anos de 1930. As questões são próprias de cada momento da sociedade e, evidentemente, onde juventude produz a experiência de estar consigo, de fazer a si mesma no encontro com os outros diferentes. As juventudes são construções sociohistóricas.

Afirmaríamos também que a juventude também é uma construção socioespacial, porque abordar a juventude como uma construção social implica considerar suas falas, seus gestos, suas ações, suas práticas, seus pertencimentos, seus modos de interação que vão revelar e se revelam na produção, na apropriação e no uso do espaço, particularmente o urbano. Ou seja, a juventude como ser na Pólis produz espaço. A juventude se apropria e faz uso do espaço. E essa é uma condição, inclusive, para ser jovem como ser diverso, desigual e diferente.

Pretendemos levantar duas questões que me parecem oportunas para esse seminário. A primeira: qual é a cidade habitada pelos jovens? E a segunda: qual a cidade que habita os jovens? Ao colocarmos tais questões em debate queremos nos aproximar do significado do sentido da juventude, tendo a cidade como referência do mundo da vida. Ao trazermos a ideia de habitar a cidade e ser habitado pela cidade, significa para nós uma escolha de uma categoria de análise, pois habitar não é consumir uma cidade. Mas vivê-la! Pertencer àquilo que nos é pertencente, portanto, tem que haver com política. Tem haver com as possibilidades das juventudes construir um governo de si com o outro. Isto me parece uma das questões fundamentais para o debate nesse seminário. Isto consegue superar a ideia que vocês jovens são cidadãos do futuro e que esperarão um futuro feito por nós, adultos e idosos, para vocês. Esperemos que vocês não aguardem por esse futuro, pois certamente será feito de passado.

Quando se coloca a juventude como possibilidade de um governo de si com o outro significa dizer que a cidade está sendo pensada como Pólis e, conseqüentemente, a juventude como uma categoria política. Vivemos em uma cidade fragmentada pela propriedade mercantil, pelo ordenamento estatal e pela predação do capital financeiro que, no fim das contas, estabelecem formas violentas de distinção territorial de direitos e de convivências. Ou seja, nossas cidades se tornaram máquinas de produção de desigualdade. Desigualdades que vão se afirmando, que vão se reproduzindo a partir da distinção territorial de direitos.

A experiência de uma jovem pobre na cidade, ou de um jovem de favela ou de periferia, é a marca da distinção territorial de direitos. Falamos com propriedade da crise do fordismo, da mudança da economia fordista regulada pela economia flexível. Abordamos com certa clareza a mudança do polo de acumulação do capital industrial para

o financeiro. Discutimos bastante como a classe trabalhadora organizada e sindicalizada está vivendo a condição progressiva de desemprego, de precarização contratual, de perdas das suas conquistas sociopolíticas. Agora imaginem o que está acontecendo com a juventude. Qual o mercado de trabalho para a juventude de hoje? Do subemprego, da informalidade, da prestação de serviços. Se mudança de acumulação do regime de acumulação é terrível para classe trabalhadora adulta, ela é trágica para a juventude. Ela é trágica para a juventude porque é um destino inelutável.

A desmontagem do fordismo conduziu a juventude para a pobreza, ao desemprego, ao distanciamento cada vez maior das oportunidades de trabalho, mas também de uma profunda competição entre os jovens, uma competição acirradíssima entre os jovens, inclusive limitando, no mundo do trabalho, as possibilidades de solidariedade. Não estamos fazendo uma defesa do fordismo, mas sim a crítica ao modo de produção capitalista e as suas transformações atuais, que não só arrastam para a pobreza, para o desemprego e para o subemprego.

Aprendemos com Antônio Gramsci que precisamos ser pessimistas nas ideias para ser profundamente otimista nas ações. Hoje, no Brasil, 600 mil jovens de 15 a 19 anos são responsáveis pelo seu próprio domicílio, segundo as informações da PNAD. Considerando que os dados da PNAD possuem a escala da metrópole, ou melhor, de algumas metrópoles, precisamos sempre relativizar o denominamos o Brasil de hoje com tal fonte de dados. Porém, como exemplo bastante contundente, em São Paulo nós temos 115 mil jovens de 15 a 19 anos responsáveis pelo seu próprio domicílio, Os números exprimem que os jovens estão ingressando que cada vez mais precocemente no mercado de trabalho. Aliás, um mercado de força de trabalho especialmente precário em termos de contratação, especialmente limitante em termos profissionalização e especialmente danoso por longas e incertas jornadas. Podemos afirmar que os jovens estão entrando nesse mundo adulto cada vez mais precocemente e em condições dramáticas de subalternidade. Um jovem de 15 a 19 anos deveria estar na escola, soltando pipa, jogando futebol, namorando, indo ao cinema, fazendo vídeos e fotografia, e não sendo responsável pelo domicílio. Portanto, essa experiência desse mundo incerto e descontinuo do trabalho acaba gerando um conjunto de frustrações, limitações e perda de futuros. Observamos a construção de um círculo fechado na trama do trabalho precário e do desemprego.

(Quando temos notícias este movimento a que se chama Primavera Árabe, nós veremos que na base na Primavera Árabe na Tunísia, no Marrocos, na Líbia, no Egito, na Síria são jovens como vocês, jovens que tem o seu *presente presentificado*, jovens que não tinham utopia, jovens que estavam no mundo do trabalho, do mundo do lazer, do mundo da cultura. Conhecemos alguns desses países árabes. Sabemos da notória ação repressiva do Estado. Não nos estranha, então, que esses jovens estejam reivindicando por democracia, e não só por democracia. Reivindicam o seu lugar na política da sociedade, portanto reivindicam o seu protagonismo na Pólis).

Então nós estamos diante de relações de produção que vão marcando o lugar de classe da juventude. Muitas vezes é curioso que algumas ações, alguns projetos e alguns programas de ministérios, e alguns deles dirigidos e conduzidos por ONGs em espaços populares. Muitos deles se balizam pela ocupação do tempo do jovem e para tirá-lo no narcotráfico. “Vamos ocupar o tempo do jovem”. Qual tempo a ser ocupado? “Vamos tirar os jovens do narcotráfico”! Será que todos os jovens desejam ou ingressam em redes ilícitas ou criminosas como alternativa para suas vidas?

As marcas da distinção estão condicionando o modo pelo qual os jovens habitam a cidade e a cidade os habita, sobretudo porque a cidade é o espaço-tempo do mundo da vida, e não somente da reprodução das condições de acumulação de capital e de poderes discricionários. Como os jovens habitam uma cidade definida pela distinção territorial de direitos fundamentais? Como a cidade habita os jovens, quando muitos deles vivem experiências restritas de espaço-tempo?

Queremos dizer que o jovem de baixa mobilidade na cidade tem muito mais dificuldade ao acesso a serviços, a empregos, a bens culturais e educacionais. Então existe uma questão fundamental que é a mobilidade do jovem. Os jovens que possuem uma circulação restrita pela cidade terão reduzido acesso àquilo que a cidade tem de importante, tem de qualidade. Quanto menos esse jovem se apropria e usa o espaço urbano mais desigual ele é, mais padronizado ele pode ser, mais controlado ele será e mais presentificação da existência ele vai viver.

É fato que os jovens pobres de periferias ou de favelas circulam muito pouco pela cidade. Até quando morrem, eles morrem perto dos lugares onde moram. Eles morrem a poucos quilômetros dos lugares onde moram. Nós estamos vendo que desigualdade vai se construir a partir de uma profunda distinção territorial de direitos. Ao longo da Avenida Brasil (cidade do Rio de Janeiro), encontramos um número expressivo de favelas. Mas ao

longo desta via não há bibliotecas, teatros, cinemas, e museus públicos. Os jovens das favelas de uma Avenida chamada Brasil vivem uma profunda distinção territorial de direitos.

Retomando uma senda aberta por Milton Santos, podemos dizer que a cidade é um conjunto indissociável de ações e objetos; um ambiente construído, desigualmente construído. No entanto, se retomarmos as contribuições de Walter Benjamin, veremos que a cidade não é apenas um conjunto de objetos e ações, ela também é um conjunto de sinais, signos, símbolos (...) que se dispõe para nós desde que saibamos decifrá-los. Portanto, o pleno uso da cidade não é só em função da distribuição dos objetos e das ações, mas é também em função da nossa capacidade de ler a cidade. É também da nossa capacidade de interpretar os códigos da cidade. Nós circulamos na cidade, nos apropriamos na cidade, desde que saibamos ler os seus códigos, tornar a cidade legível para nós. Decifrar a cidade, decifrar os seus códigos, decifrar suas legendas é fundamental na produção, na apropriação e no uso da cidade. Para ter acesso aos direitos, é preciso conhecer o código de acesso aos lugares.

As distâncias físicas para acesso de equipamentos, ainda mais os públicos, não é intransponível em cidades como as do Rio de Janeiro, São Paulo ou mesmo Juiz de Fora. Entretanto, existem jovens que estão culturalmente preparados para decifrar os códigos da cidade e outros não. O que muitas vezes se interpõe, radicaliza, distingue e discrimina, são os códigos impressos em cada lugar e os códigos impressos em nosso corpo. Porque aquele que não é capaz de decifrar os códigos das instituições, os códigos dos lugares, os códigos das ruas, os códigos das avenidas, os códigos dos bairros, os códigos dos territórios não só não tem acesso a uma boa escolaridade, mas o acesso a bens culturais, inclusive a uma bolsa de estudos na universidade. Quando um ou uma jovem da Favela da Maré solicita uma bolsa, ele(a) diz que é residente de uma de suas comunidades, mas quando ele(a) vai à busca de um emprego, diz que mora em Bonsucesso. Esta é uma disposição estratégia de se afirmar na cidade, dominar os códigos válidos de acesso e trabalhar a favor da sua afirmação em espaços discriminadores.

As legendas da cidade impressas nos territórios e impressas no corpo são mediações para que o jovem consiga mobilidade e tenha acesso aos bens, inclusive públicos. O Centro Cultural do Banco do Brasil que tem uma programação excelente, diversa e, em grande parte, gratuita. Porém, é frequentado, sobretudo, por jovens de classe média e não por jovens da periferia. Os jovens de bairros da periferia do Rio de Janeiro podem pegar ônibus, a passagem custa em torno de R\$ 3,50. Eles levarão uma hora, ou mais, de viagem. É cansativo, sem dúvida. Porém, a distância física não é intransponível. São códigos de acesso (imaginários e corpóreos) que separam os jovens da periferia do Rio de Janeiro dos equipamentos culturais concentrados no centro e na zona sul da cidade. São as marcas socioculturais impressas na cidade e no corpo dos jovens que friccionam as possibilidades de viver plenamente a riqueza de morar em uma metrópole,

Decifrar a cidade como se fosse uma floresta de símbolos não é só uma questão de vida. Decifrar códigos da cidade é também uma questão de morte. Entrar em lugares restritos, onde é indesejável, onde não se está entre os escolhidos, pode ser letal.

O Programa Redução da Violência Mental Contra Jovens e Adolescentes, desenvolvido pelo Observatório de Favelas em parceria com a Unicef, a Secretaria Especial de Direitos Humanos e com o Laboratório de Estudos da Violência da UERJ - gerou o vigoroso estudo denominado "Homicídio na Adolescência no Brasil", publicado em 2011. Foram estudados os homicídios em 226 municípios com mais de 100 mil habitantes, com o objetivo de criar um *índice de homicídio na adolescência* (IHA). E, tendo como referência IHA, o Programa implementa o monitoramento de políticas de segurança e de direitos humanos no âmbito das regiões metropolitanas, visa também sensibilizar gestores públicos e a sociedade civil para o extermínio de jovens no Brasil e, sobretudo mobilizar os movimentos sociais no sentido de formulação de políticas públicas de redução da violência letal e de proteção integral aos direitos dos jovens

Estamos falando de um estudo sobre homicídios de jovens entre 12 aos 18 anos. Algumas de suas conclusões são trágicas. Dos 266 municípios investigados identificou-se a média de 2,67 adolescentes mortos para cada grupo de 100 adolescentes. Concluímos, então, que 33 mil jovens de 12 a 18 anos serão mortos até 2013. Portanto, estamos falando de extermínio. Não estamos falando mais de homicídio, isto se chama extermínio de jovens. Se as metrópoles são máquinas de reprodução de desigualdades, elas também são máquinas de extermínio de jovens. Nesse mesmo estudo é demonstrado que não são apenas as metrópoles como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, ou Belo Horizonte, que são máquinas de extermínio de jovens. As cidades médias também são máquinas de matar! Portanto, ser jovem em uma cidade grande - ou em uma cidade média - é correr perigo. (Curiosamente, são os jovens que carregam a marca de perigosos).

Como exemplos contundentes, podemos citar Foz do Iguaçu, uma cidade do Paraná bem aprazível e turística, cujo índice de homicídios na adolescência a destaca em primeiro lugar. Em 2007, ocorreram 11,8 homicídios por 1000 jovens. O número estimado de mortes de jovens em Foz do Iguaçu é 526 para 2013. A segunda no ranking é Cariacica (ES), são 8,2 homicídios por 1000 jovens. A expectativa é 373 vidas sejam interrompidas até 2013. A terceira é Olinda (PE) com a projeção 376, apesar de sua beleza monumental e seus encantos arquitetônicos. Vocês querem saber de Juiz de Fora? Vocês terão até 2013, 55 jovens assassinados. A “pacata” e “tranquila” Juiz de Fora também cancela a vida de jovens de modo extremamente brutal.

Esses números possuem corpo, sexo e cor da pele. A possibilidade de um jovem negro completar 18 anos é três vezes menor do que um branco. O índice de ritmização de assassinato de jovens permitiu criar o índice de ritmização negra. Podemos verificar que morrem 45% mais negros do que brancos. Se tomarmos todos os estudos sobre violência, e os encararmos a sério, veremos que o índice cor da pele supera a questão de gênero, supera a questão de renda e supera a questão de lugar. É o índice cor que mais cresce nos homicídios contra os jovens. Portanto, estão matando jovens negros (pardos e pretos segundo o IBGE) de favelas e de periferias. E isto acontece a dois ou três quilômetros de sua casa. E não é só no Rio de Janeiro, não é só em São Paulo, não é só em Belém, ou em Recife, que são cidades violentíssimas, mas em Foz de Iguaçu, Cariacica, em Olinda, em Juiz de Fora.

As cidades se tornaram territórios perigosos, precários e, no limite extremo, letais para os jovens, sobretudo os que carregam a marca da distinção corpórea-territorial. Sabemos, infelizmente, que 60% dos presos do país têm entre 18 e 29 anos. Matamos, encarceramos, desescolarizamos e jogamos no mundo trabalho precário milhares de jovens. O jovem é o problema de nossa sociedade? Ou estamos diante de um conflito agudo e radical inerente ao modo como construímos a nossa sociedade.

É evidente que estamos falando de uma juventude genérica, da qual as técnicas de repartição social sabem muito bem distinguir. Ou seja, quais são as vidas que devem ser protegidas, que podem ser expandidas e que precisam ser diversificadas, face às outras que podem ser anuladas, desprezadas, consumidas, banidas, encarceradas.

Portanto, retomamos a discussão anterior sobre a juventude e seu tratamento homogeneizado. Como vimos, o Estado e o Mercado não tratam a juventude de modo homogêneo. Ao contrário, discrimina e reparte a juventude. Não se pode tratar juventude como uma matéria homogênea, porque muitas vezes a homogeneidade busca fazer invisível a condição de desigualdade dos jovens, assim como reduzir as possibilidades de afirmação de suas diferenças.

Também não podemos ler os espaços populares sob o crivo da homogeneidade. As representações hegemônicas das favelas e das periferias são fundamentadas em estereótipos da pobreza, da carência, da desordem e da violência. A partir destas se inventa uma juventude igualmente pobre, carente e potencialmente violenta. Estas são formas recorrentes destituir os jovens de todas as possibilidades de atividade, de criatividade e sociabilidade. Portanto, os estigmas do território são também marcados no corpo dos jovens.

É evidente que é a localização da moradia, dos serviços urbanos e dos equipamentos públicos limitam, ou oportunizam, as condições sociais, educacionais e de empregabilidade dos jovens. Entretanto, os jovens materialmente pobres, não podem ser tratados como objetos da necessidade. Mas, devem ser reconhecidos como sujeitos da liberdade. Essa é uma condição fundamental quando reconhecemos os jovens como uma categoria política. Esses jovens das favelas e periferias urbanas participam de redes amplas e complexas. Buscam superar a sua localidade com esforços cotidianos de mobilidade. Criam estratégias identitárias plurais para fazer uso da cidade. Procuram realizar a sua afirmação na *polis*, criando tensões e enfrentamento diretos contra a distinção territorial de direitos e a não-corporificação dos direitos em nossas cidades.

Os direitos estão presentes em lugares e não no espaço-corpo, e quando determinados jovens vão buscar os direitos criados (ou que estão em criação) eles encontram a discriminação, o racismo, a intolerância, a violência dos que tornaram os direitos um privilégio de classe e um domínio territorial.

Estamos buscando enfatizar a cidade como uma categoria política e, por consequência, a juventude como uma da categoria política. Quando a juventude busca de seus direitos, se rebela da ordem espacial-corpórea estabelecida. Daí questiona os privilégios e faz emergir conflitos. Conflitos que geralmente são resolvidos, na nossa sociedade, a partir da violência - seja ela uma violência física e/ou psicológica - construída de interdições de pessoas, controle de corpos, criminalização de atos. Enfim discriminações e repartições que impedem a apro-

priação e o uso pleno da cidade como uma obra humana, contrapontística a objetivação urbana da reprodução do capital.

Essa é uma luta tenaz de ruptura contra a presentificação de existências. É esta luta que faz a cidade emergir como Pólis, como lugar da política. É desta possibilidade que advém o medo que sentimos das juventudes? Será que a juventude é uma esfinge que precisamos decifrar ou sermos por ela devorados? Ou será que as juventudes estão nos conduzindo, com as suas contradições com seus conflitos, a indagar mais profundamente sobre a sociedade em que vivemos, sobre a cidade que habitamos e sobre a cidade que nos habita.

Então, nos parece que o fundamento desse debate é pensar como a cidade pode ser compartilhada, como ela pode ser vivida intensamente, como ela pode ser um espaço que celebra a diferença e seja absolutamente intransigente com a desigualdade, porque a desigualdade fere de morte a diferença e, uma vez morta a diferença, a diversidade expira. Estamos diante de novos desafios. Qual o governo de si com o outro que está em pauta na cidade habitada pelos jovens? Qual a agenda política capaz de realizar, com zelo ético e firmeza de propósito, a democratização da cidade? E, sobretudo, uma pergunta que talvez nunca tenhamos feito: Qual a cidade que habita os jovens? Qual a cidade sonhada e desejada por eles? Essas são questões que merecem repostas de todos nós. Como as juventudes poderão, em suas pluralidades, constituir sujeitos de um projeto de um novo de humanidade, e não ser apenas meros objetos da sociedade criada pelo capitalismo?

Temos a certeza que este seminário, do qual estamos honrados em participar, traçará importantes e potentes perspectivas da relação entre a juventude e a cidade, e da cidade a com a juventude.

Agradeço atenção.